

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: caminhos insurgentes

Cleyde Rodrigues Amorim¹

Gilberto Ferreira da Silva²

O presente Dossiê reúne estudos que, a partir de diferentes campos de investigação e intervenção, revelam as permanências do racismo e, ao mesmo tempo, anunciam horizontes de resistência e criação de espaços de experiências que reencantam novos horizontes. As pesquisas aqui reunidas reafirmam a centralidade das religiões de matriz africana, da ancestralidade e da educação das relações étnico-raciais como dimensões indissociáveis para compreender o Brasil contemporâneo e reinventar seus caminhos.

Nos últimos anos vivemos intensas mudanças sociais no mundo e em nosso país, muitas delas levando ao recrudescimento de movimentos ultraconservadores, trazendo em seu bojo o aumento das manifestações de racismo, xenofobia, misoginia, LGBTfobia e também, de forma preocupante, da intolerância e do racismo religioso, atingindo principalmente as religiões de matriz africana. Esse fenômeno impacta não só sobre as manifestações afroreligiosas, mas recai sobre a cultura africana e afro-brasileiras, cujas manifestações culturais e identitárias muitas vezes são associadas ao campo religioso e de qualquer forma cerceadas nos ambientes educacionais, dificultando o pleno cumprimento e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e especificamente da Lei 10.639/2003. No meio acadêmico os pesquisadores já têm constatado o avanço do conservadorismo, como é visível também na educação básica como um todo, o que por vezes tem se desdobrado em práticas desiguais em relação à liberdade religiosa e em assimetrias que reforçam o preconceito, os estigmas e o racismo religioso em diversos ambientes educacionais e em outras instituições sociais.

Também experienciamos nos últimos anos o avanço das lutas dos movimentos sociais antirracistas, logrando conquistas de políticas de ações afirmativas, de defesa da liberdade

¹ Antropóloga, docente e pesquisadora junto ao Departamento de Educação, Política e Sociedade, ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação e ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo. e-mail: cleyde.amorim@ufes.br CV lattes: <https://lattes.cnpq.br/4004473327151252>

² Filósofo e Pedagogo. Doutor em Educação. Professor do curso de Pedagogia e dos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGE) e Memória Social e Bens Culturais (PPGMSBC) da Universidade La Salle. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural (GPEI/CNPq). e-mail: gilberto.silva@unilasalle.edu.br CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/5057724567363394>

religiosa que é garantida pela nossa Carta Magna, e que tem repercutido no ordenamento legal mais recente, como é o caso da *Lei 14.532*, de 11/01/2023. Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, essa lei amplia o escopo do Código Penal (1940) e da Lei nº 7.716 (1989), tipificando como crime de racismo a injúria racial e também prevendo pena para o racismo religioso e recreativo. A menção ao racismo religioso em uma lei federal é um marco recente a ser registrado. O aumento de trabalhos acadêmicos e o maior espaço nos meios de comunicação de massa promoveu uma maior visibilidade e empoderamento para comunidades religiosas que sempre estiveram sub-representadas na história e nos dados estatísticos brasileiros. O último censo, realizado em 2020, aponta que o grupo de religiões afro-brasileiras foi o que mais cresceu proporcionalmente no país, quase 300%, saltou de 0,3% em 2010 para 1,1% em 2022 (cerca de 2 milhões e 313 mil pessoas).

Entretanto acreditamos, com base em mapeamentos já realizados em algumas capitais e regiões metropolitanas brasileiras, que este percentual ainda não reflete a real composição dos afroreligiosos vinculados ao Candomblé, à Umbanda, ao Batuque, ao Tambor de Mina, à Jurema Sagrada e a outras religiões consideradas afro-brasileiras ou de matriz africana. Essa sub-representação pode estar associada ao fato que, ainda que mais pessoas estejam declarando o seu pertencimento às religiões de matriz africana ou afro-indígenas, muitos ainda se declaram “espíritas” (e não só para o censo) por ser uma identificação menos estigmatizada e mais aceita socialmente que os estigmatizados “macumbeiros”. Outro fator remete à dupla ou múltipla religiosa, sendo que entre os afroreligiosos, especialmente os frequentadores não iniciados há uma grande quantidade que também frequenta igrejas cristãs ou de outras confissões religiosas. Outro dado de nosso interesse divulgado no último censo é que os grupos religiosos que têm as menores taxas de analfabetismo foram as pessoas que se declararam umbandistas/candomblecistas (2,3%), seguidos dos que declararam pertencimento à outras religiosidades (2,8%).³ O censo também contradiz especulações acadêmicas recentes em relação à raça/cor, mostrando que entre os afroreligiosos mais de 50% dos praticantes são negros (pretos e pardos). Apesar do aumento significativo de afroreligiosos no país, e de uma maior exposição das religiões nas mídias, houve um aumento da intolerância e do racismo religioso, sendo que, em 2024 foram mais de 2.400 denúncias registradas no Disque 100, do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, 67% a mais que no ano anterior.

³ Sobre esses dados consultar <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>

Ao lado do racismo religioso e do aumento de casos de agressões aos afroreligiosos em ambientes públicos e mesmo nos templos, na maioria das vezes feitas por fundamentalistas cristãos do segmento neopentecostal, tem havido diferentes tipos de reações e articulações em diversos campos. Uma parte delas se faz por meio de denúncias e da busca, nos serviços públicos e instituições, pela garantia da liberdade religiosa, da inviolabilidade dos direitos fundamentais, e pelo acionamento jurídico dos agressores. A divulgação destas denúncias e ações também se faz pela internet, nas redes sociais, onde há grande profusão de sites, blogs e canais de discussão, cursos, *podcasts*, palestras e preleções breves ministradas por diversas instituições e lideranças afroreligiosas em canais próprios ou nas redes mais conhecidas. Há outros conteúdos, inclusive e-books, vídeos instrucionais e cursos veiculados em páginas próprias das instituições de direitos humanos, dos ministérios e defensorias públicas, abrindo canais de comunicação sobre o racismo e a intolerância religiosa, bem como ações e encaminhamentos jurídicos e políticos a respeito.

No âmbito educacional, as discussões no meio acadêmico e as formações em Educação das Relações Étnico-Raciais têm ampliado os modos de pensar e mostrado as diferentes possibilidades de existir, de forma mais plural, e contemplando a diversidade e a importância dos saberes tradicionais das comunidades e povos tradicionais de terreiro, que são formadores da cultura brasileira. Esses movimentos instigam pesquisadores, educadores e gestores públicos a encarar os silenciamentos e violências históricas sofridas no passado e que insistem em se atualizar no presente fazendo com que as religiões de matriz africana emergjam como um campo vivo de saberes, memórias, corpos e ancestralidades, contestando a colonialidade ainda presente em nossas instituições de educação. Nas universidades essas iniciativas se articularam a coletivos e outros grupos que, nas ciências humanas, questionam os cânones eurocêntricos consolidados, e revigoram a demanda por novas epistemologias e novas pedagogias que deem voz e vez aos povos e comunidades tradicionais brasileiros como portadores de saberes e produtores de conhecimentos. Nesse sentido, lembramos de Anton Wilhelm Amo, filósofo africano do século XVIII, que produziu uma reflexão crítica à cisão entre corpo e mente, antecipando uma insurgência que ainda precisa ser asseverada que é a recusa à noção de corpo como mera extensão, inerte e colonizável. Trabalhos recentes têm mostrado a ampliação da presença e da representatividade desses saberes e desses “corpos

não-modernos” (Rodrigues Junior, 2021)⁴ e os embates com/dos afroreligiosos na educação, tanto na graduação como na pós-graduação, como demonstram os trabalhos Santos (2014)⁵, Botelho & Flor do Nascimento (2011)⁶, Carvalho, Silva (2018); Krull, Amorim e Oliveira (2023),⁷ Fernandes (2024)⁸.

Por conseguinte, tomamos por exemplo os resultados do estudo de Guilherme Paiva de Carvalho e Eliane Anselmo da Silva (2018)⁹ como forma ilustrativa. Os autores realizam um estudo propondo analisar as representações de profissionais do magistério da educação básica da rede pública de ensino sobre as religiões afro-brasileiras e entram em contato com educadores que atuam próximos a locais onde se localizam comunidades tradicionais. Tomam por referência um conjunto de 30 educadores, sendo que 15 deles atuam em cidades próximas às comunidades quilombolas, e outros 15 que realizaram um curso de formação para Educação das Relações Étnico Raciais (ERER). Com esta estratégia, os pesquisadores buscam identificar elementos que revelem o quanto o curso oferece condições para suprir as necessidades formativas neste campo. Lançam mão da técnica da entrevista individual, procurando aprofundar elementos do campo formativo e da experiência feita pelos educadores em suas práticas educativas cotidianas e experiências de formação.

Em síntese destacam como resultado das análises, que os professores cursistas apresentam maior compreensão sobre as religiões de matriz africana, produzindo de forma reflexiva e autocrítica comparações sobre o antes e o depois do curso e o quanto ganhou de informações e conhecimento. Permitindo que estereótipos fossem desconstruídos. Os autores

⁴ Rodrigues Jr., G. J. Quando “outros” corpos e “outras” epistemologias adentram espaços da modernidade: Apontamentos a partir de uma pesquisa entre Brasil e Senegal. **Novos Debates**, 7(1), 2021. <https://doi.org/10.48006/2358-0097-7105>

⁵Santos, N. A. da N. dos. Candomblé e Educação: Influência e Empoderamento para o Ensino Superior. **Web Artigos**, 30/06, 2014. <https://www.webartigos.com/artigos/candomble-e-educacao-influencia-e-empoderamento-para-o-ensino-superior/123120>

⁶ Botelho, D. & Flor do Nascimento, W. Educação e religiosidades afro-brasileiras: A experiência dos candomblés. In: Silva Filho, G & Lopes, M. A. de O. (orgs). **Fragmentos de Diásporas Africanas no Brasil: sociedade, escravidão, cultura e religiosidades**. São José: Premier, 2011, (pp. 89-108).

⁷ Krull, M. R. S.; Amorim, C. R.; Oliveira, O. M de. **Aforreligiosos no Ensino Superior**. Trajetórias de escolarização na Região Metropolitana de Vitória, ed.1. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2024, v.1., p.142. <https://encontrografia.com/978-65-5456-085-6/>

⁸ Fernandes, Elio. Saberes Tradicionais e Acadêmicos: um estudo de memórias e trajetórias de lideranças de umbanda. **Dissertação apresentada ao Programa de pós-Graduação em Ciências Sociais/UFES**, 2024. <https://repositorio.ufes.br/items/be3ee6a5-d83e-470d-b72d-60afd2b41e9b>

⁹ CARVALHO, Guilherme Paiva de; SILVA, Eliane Anselmo da. As religiões afro-brasileiras na escola. **Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação**. vol. 76, núm. 2 [(2018/05/30), pp. 51-72. DOI: <https://doi.org/10.35362/rie7623012>

apresentam argumentação farta por parte desta parcela de entrevistados, explorando excertos de suas falas que corroboram e exemplificam esses aprendizados.

É clara a diferença de concepções entre os dois grupos de professores/as quando indagados sobre temas associados ao preconceito, à discriminação racial, ou à religião afro-brasileira, atentando para o desdobramento da questão no que concerne à escola que os/as docentes lecionam, ou seja, como esse fator exerce influência em sua visão de mundo, nas representações e na prática educacional. A maioria dos/as professores/as que realizou o curso de formação continuada oferecido pela UFRN fez referência a atividades em sala de aula com o tema das religiões afro-brasileiras (Carvalho, Silva, 2018, p. 69).

Já em relação aos que não participaram do curso observou-se um silenciamento e, até mesmo, um distanciamento quando o tema das religiões de matriz africana foi abordado durante as entrevistas, revelando desconhecimento e a presença de visões estereotipadas na maioria dos professores. No dizer dos autores:

observou-se que a maioria dos/as professores/as, que não realizaram o curso de formação continuada ofertado pela UFRN e que lecionam em escolas próximas a comunidades quilombolas, não demonstraram muito interesse em falar sobre as religiões de matriz africana (Carvalho e Silva, 2018, p. 64).

Os resultados do estudo reforçam o papel das políticas educativas que apostam na formação continuada e na elaboração de práticas voltadas à valorização da igualdade racial.

Nesse ano em que completamos o centenário do nascimento de Frantz Fanon, as conquistas sobre a afirmação da identidade negra no país são evidentes e, no âmbito das discussões sobre a importância dos saberes e modos de organização provenientes das comunidades e povos de matriz africana para a compreensão da história, memória e cultura brasileira, muitos textos têm contribuído significativamente, com destaque para os trabalhos de Antonio (Nego) Bispo dos Santos (2015)¹⁰, Rufino, L (2019)¹¹ Flor do Nascimento, W. (2021)¹² e Rodrigues Jr., (2021). A insurgência destes e de outros autores nos conduziu para buscar outros textos com discussões igualmente interessantes, e que trouxemos para esse dossiê.

Sobre nós organizadores, somos pesquisadores acadêmicos. Um de nós, mulher branca, consciente dos privilégios e das assimetrias raciais historicamente constituídas neste país. Outro, de cor parda, pertencente ao grupo social negro, vinculado historicamente às lutas

¹⁰ Santos, Antonio (Nego) Bispo dos. **Colonização, Quilombos, modos e significados**. Brasília: INCTI/UNB, 2015.

¹¹ Rufino, L **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Morula ed. 2019.

¹² Flor do Nascimento, W. Em torno de um pensamento oxunista: Ìyá descolonizando lógicas de conhecimento. **Revista de Filosofia Aurora**, 33(59), 2021.

do movimento negro brasileiro e com isso imbricados na luta antirracista especialmente no campo da educação. Nesse meio estamos em diálogo e produzimos conhecimentos com as populações negras e especialmente com os afroreligiosos. Nesse dossiê nos debruçamos nesta interseção entre religiões de matriz africana e educação, em uma encruzilhada em que confluem as demandas por liberdade religiosa, os avanços conquistados por movimentos sociais, os conflitos advindos da presença dos saberes e corpos afroreligiosos na educação e o cumprimento da lei que obriga o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira no país. Conexões necessárias à construção de saberes referenciados em nossa cultura.

Sabemos que a educação, embora seja um dos direitos sociais assegurados na legislação brasileira às crianças e adolescentes, é um campo de disputas acirradas, porque ela pode viabilizar a participação de grupos historicamente excluídos na distribuição das riquezas, bens e serviços, promovendo sua ascensão social e uma conseqüente redistribuição de renda em um país onde há uma disparidade gritante. O acesso à educação tende a melhorar a qualidade de vida e o bem estar social, reduzindo as desigualdades sociais entre as pessoas negras em relação ao grupo de pessoas brancas, que são as que ainda detêm domínio físico e epistemológico na educação superior, que é onde se formam os professores da educação básica. Nesse sentido, aderimos a uma perspectiva decolonial ou contra-colonial de valorização dos saberes e das culturas produzidas pelos povos latino-americanos, africanos, amefricanos, pelos povos originários e outros povos e comunidades tradicionais promovendo rupturas, suleando epistemologias, metodologias e escolhendo novos caminhos diante de cada encruzilhada.

Este dossiê conta com 11 trabalhos, que estão divididos em 3 blocos com afinidades temáticas, ainda que a leitura em outras ordens de interesse também leve a bons encontros. O primeiro, intitulado *Denúncias de um fenômeno que insiste em se atualizar*, é integrado por trabalhos, que a partir de distintas perspectivas e experiências, expõem a persistência das múltiplas faces do racismo, quais sejam: patriarcal, religioso e ambiental. O artigo *Racismo religioso na escola: análise crítica da censura às religiões afro-brasileiras e caminhos para uma pedagogia antirracista* de Lizie Pacheco, Gleicianne Gonçalves de Oliveira e Cleyde Rodrigues Amorim denuncia a censura curricular como expressão do epistemicídio e da colonialidade do saber. A partir da análise de um estudo de caso concreto as autoras revelam como a neutralidade pedagógica se torna instrumento de violência simbólica e apontam para pedagogias insurgentes, enraizadas nos saberes afrodiaspóricos, preconizando possibilidades

de se efetivar uma educação libertadora. Em *Desfazendo silêncios: racismo patriarcal, intolerância religiosa e os caminhos de uma educação decolonial*, Camila Ferreira da Silva entrelaça o feminino, o sagrado e a memória como estratégia de configuração de territórios de resistência e espaços de disputa. Seguindo um tom ensaístico, a autora propõe romper com a amnésia histórica imposta pela colonialidade/modernidade, recolocando o discurso de mulheres negras e das religiões afro-brasileiras como referência para uma educação antirracista e antissexista, acima de tudo comprometida com a justiça histórica e a pluralidade epistêmica. Já em *Geografias do racismo ambiental: o caso da Nação Xambá, Olinda – PE*, Cláudio Pereira do Nascimento, Lautemyr Xavier Cavalcanti Canel e Maria Clara Alexandre de Araújo, ao analisar o caso do Terreiro Santa Bárbara da Nação Xambá em Pernambuco, revelam o quanto o racismo ambiental ameaça a integridade territorial e espiritual das comunidades tradicionais. O estudo, mais do que denúncia, reivindica o reconhecimento da natureza como extensão do corpo coletivo e do sagrado, conforme tão bem ensinam os saberes referenciados na tradição quilombola e nas comunidades tradicionais de terreiro.

O segundo bloco de textos, denominado *Vozes que anunciam outras epistemologias e alternativas ontológicas*, reúne trabalhos que evocam o poder da palavra, da ancestralidade e da oralidade como princípios que sustentam epistemologias da experiência afrodiaspórica. É na convocação aos intelectuais realizada por Fanon (1973)¹³ que se observa o propósito de criar uma nova cultura que se contraponha à colonialidade e que possa considerar o passado com “o propósito de abrir o futuro, convidar à ação, fundar a esperança. Mas para garantir a esperança, para dar-lhe densidade é preciso participar da ação, engajar-se de corpo e alma [...]” (p. 193). Assim essas vozes traduzidas nos textos, ao mesmo tempo que convocam também anunciam outras narrativas, outras vozes, experimentando fontes epistêmicas historicamente invisibilizadas, porém vivas e ativas. Em *O Griot de Iya N’la: Severo D’Acelino e a revisitação da ancestralidade afro-sergipana*, trabalho elaborado por Jéssica Francisca Mota dos Santos, Daiana Castro Barbosa e Alessandra Corrêa de Souza entramos em contato com a literatura de Severo D’Acelino. Na análise cuidadosa as autoras indicam como o texto literário se torna ferramenta de descolonização do cânone e reconexão com o

¹³ FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Laurêncio de Melo. São Paulo: Civilização Brasileira, 1973.

sagrado feminino, acentuando memórias da diáspora negra em Sergipe. O artigo *Exú, voz e encruzilhada: a oralidade como saber-pedagógico nos Terreiros*, de Vagner Felix da Silva, Indira Inda e Bruno Cardoso de Menezes Bahia colocam a oralidade no centro das preocupações. Inspirados em Exú, os autores afirmam que a fala, o gesto e o corpo constituem-se em arquivos de saber, carregados de significados que ultrapassam práticas religiosas. O que se observa aqui é o uso de uma tecnologia pedagógica que desafia a hegemonia da escrita ocidental, apostando em outros modos de ensinar e aprender. No trabalho *Tecendo a escrita oralizada na ancestralidade das Comunidades de Terreiro: ubuntu como possibilidades contracoloniais*, Wagner dos Santos Chagas e Claudete dos Santos da Silva buscam na perspectiva afrocentrada o apoio necessário para dar corpo às suas reflexões, apostando na conexão entre as comunidades quilombolas e as de terreiro para imaginar escolas e universidades pluriversais. Aposta se dá desde a concepção do ubuntu, princípio filosófico que afirma que uma pessoa só pode ser uma pessoa por meio de outras pessoas. Fechando este bloco acessamos o artigo *Por uma metodologia encantada: Cruzos, Encontros e Corpos-trajetória na construção do saber*, de Pedro V. C. Santos. Inspirado nas epistemologias das macumbas e nas pedagogias freireanas, o autor encontra no encantamento o fundamento de uma prática de investigação onde o sentir e o pensar aliam-se em prol da construção de uma metodologia disruptiva para a produção do conhecimento.

No terceiro bloco de textos, intitulado: *Vivências e propostas de reencontros e criações na experiência afrodiaspórica* reverberam com alegria textos que exemplificam o nascimento e as experimentações que se faz no campo da pesquisa em diálogo aberto, franco e honesto com os campos historicamente colocados à margem da oficialidade. É com satisfação que, como organizadores deste dossiê, registramos aqui estas criações, experimentações que testemunham a insurgência em movimento. São pedagogias que extrapolam os territórios dos terreiros e ganham outras geografias, são modos de fazer formação de professores, são formas de aprender, de dizer a palavra viva, de ensinar, conectando pessoas, coletivos, projetos e mundos outros. Em seu texto, Gilberto Ferreira da Silva e Marcelo Luis H. Silveira, denominado: *Sabedorias insurgentes e formação de professores: o Ilê de Odé como território de memória, luta e aprendizagem descolonial*, reconhecem a força do terreiro como lugar de produção de outras epistemologias, constituindo-se em espaços de vivência da ética e da ancestralidade. Entrelaçam-se neste território espaços de escuta que indicam modos de se fazer formação de professores, lançando

mão do reencantamento pela educação, pela justiça racial e epistêmica. O texto *Pedagogias de Terreiro e educação das relações étnico-raciais: um olhar sobre saberes insurgentes das religiões de matriz africana*, de Beatriz Borges Graça Silva Mury Bonfim e Margarete Sacht Góes destacam a potência educativa das religiões afro-brasileiras. Ao discutir oralidade, ancestralidade e corporeidade as autoras defendem que as pedagogias de terreiro são fontes legítimas de conhecimento e apresentam caminhos fecundos para o estudo, para a pesquisa e para as vivências de outros modos de ser e estar no mundo, portanto, contribuem para configurar formas de pensar a formação de professores e de enfrentar o racismo religioso. Paola Verdun e Lúcia Regina Lucas da Rosa em *Dançar para pertencer: etnicidade e identidade nos vídeos de dança afro-brasileira no YouTube*, analisam como a dança afro-brasileira se afirma como espaço de pertencimento e de identidade. As autoras enfatizam a corporeidade como linguagem de resistência que é usada cotidianamente pelas populações afrodiaspóricas, fortalecendo memórias e construindo conhecimentos.

Do ponto de vista acadêmico e político, este dossiê reafirma a urgência de uma produção de conhecimento comprometida com a luta antirracista, com a valorização das religiões de matriz africana e com a consolidação da educação das relações étnico-raciais como campo estruturante da pesquisa e da prática educativa no Brasil. Ao reunir diferentes perspectivas críticas e experiências de resistência, busca-se não apenas ampliar o debate científico, mas também oferecer subsídios para políticas públicas e práticas pedagógicas que enfrentam o racismo em suas múltiplas expressões, em particular o racismo religioso. Assim, espera-se que este volume I do Dossiê contribua para o fortalecimento de uma agenda de pesquisa engajada, capaz de tensionar hierarquias de saber, legitimar epistemologias dissidentes e, sobretudo, reafirmar o papel da universidade na defesa da democracia, da diversidade e da justiça social. Encerrando este percurso desde os três movimentos que propusemos, como modo de melhor organizar e mobilizar a leitura, compreendemos que o diálogo ganha a potência de abertura que permite a produção da palavra viva (*Recket*) que na acepção do antigo Kemet¹⁴, quando bem ativada transforma.

¹⁴ ASANTE Molefi Kete. **Os filósofos Egípcios**. Vozes ancestrais africanas. De Imhotep a Akhenaten. São Paulo: Ananse, 2022.